

**4. CONCURSO PÚBLICO: CPE.2.18. DMOSM – “COMPLEXO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DA RODOVIA - REQUALIFICAÇÃO DOS BALNEÁRIOS E CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE APOIO”:**

Da **DMOSM** submetendo para ratificação do Executivo a decisão tomada pelo Sr. Presidente da Câmara, em 14.05.2018, relativa ao concurso público mencionado em epígrafe, segundo a qual adjudica e aprova a minuta nos termos constantes do processo.

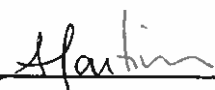
Concurso Público: CPE.2.18.DMOSM – “COMPLEXO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DA RODOVIA – REQUALIFICAÇÃO DOS BALNEÁRIOS E CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE APOIO”

Assunto: RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO E DE APROVAÇÃO DA MINUTA.

**Propõe-se ratificar:**

- a decisão de adjudicação à empresa DGPW,SA. pelo valor de 898.771,71€, e de aprovação da minuta, tomada pelo Sr. Presidente da Câmara em 14/05/2018.

Braga, 15/05/2018



(Ana Martins, Eng.<sup>a</sup> Civil)



BRAGA

DMOSM

CONCURSO PÚBLICO: CPE.2.18.DMOSM  
PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO

DELIBERAÇÃO:

Remeta-se ao Sr. Presidente.

A Diretora da DMOSM,


  
(Eng.ª Alzira Torres)

2018/10/11

Despacho:

*Adoptar e aprovar a  
na adjudicação do Empreendimento*

O Presidente,

  
(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

18/05/14

CONCURSO PÚBLICO: CPE.2.18.DMOSM

Contratação: empreitada de "COMPLEXO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DA RODOVIA –  
REQUALIFICAÇÃO DOS BALNEÁRIOS E CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE APOIO".

## PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO

### I.- Introdução e identificação:

Identificação do procedimento: Concurso Público para a "COMPLEXO DAS PISCINAS MUNICIPAIS  
DA RODOVIA – REQUALIFICAÇÃO DOS BALNEÁRIOS E CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE APOIO"

Identificação do órgão competente para a decisão de contratar: Câmara Municipal de Braga

Preço Base do Procedimento: €949.419,79

Prazo de execução: 250 dias

#### Identificação do Júri: Membros efetivos:

Gaspar Silva (Presidente)

Alzira Torres

Ana Martins

#### Membros suplentes:

Manuel Dantas (Substitui o Presidente nas suas ausências e/ou impedimentos)

Valéria Borges

*AI*

Por decisão da Câmara Municipal de Braga, tomada na reunião de 29 de março de 2018, o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por Concurso Público: CPE.2.18.DMOSM, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor.

Constatou-se que diversas entidades se inscreveram como interessados na plataforma onde tramita o procedimento sem que porém tivessem apresentado proposta, tendo outros, inclusivamente, declarado expressamente a sua vontade de não apresentarem proposta ao concurso, alguns deles justificando esta opção com a indicação de um valor que terão apurado no âmbito da reflexão que realizaram sobre o concurso, mas negando, em todo o caso, a intenção de se vincularem contratualmente.

Uma vez que, nos termos do disposto no artigo 53.º do *Código dos Contratos Públicos*, «**é concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa em qualquer procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta**» e que a proposta pressupõe a existência de uma declaração negocial destinada à conclusão de um contrato, nos termos consagrados no artigo 224.º do Código Civil, não integraram a lista de concorrentes – precisamente por não terem formulado uma declaração negocial – as entidades seguintes:

- I. António Peixoto Dias & Ca, Lda;
- ii. M. Kairos – Engenharia & Construção, S.A;
- iii. Costeira – Engenharia e Construção, S.A.;
- iv. DST – Domingos da Silva Teixeira, S.A.;
- v. Dape, Lda

Assim, foi apresentada uma única proposta, submetida pelo seguinte concorrente:

Identificação do concorrente	Preço
DGPW, S.A.	898.771,71 €

Nos termos do n.º 4 do artigo 67º do CCP, e tendo sido apenas apresentada uma proposta, a intervenção do júri é dispensada, impondo-se somente proceder à análise da proposta, no sentido de determinar a sua conformidade com o caderno de encargos, o programa do procedimento e a lei.

**II.- Análise das propostas:**

Procedeu-se à análise da única proposta apresentada, no sentido de determinar se a mesma se conformava com os documentos normativos do procedimento e com a lei e se não apresentava vícios ou irregularidades suscetíveis de determinar a sua exclusão, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*, tendo-se concluído que, de acordo com o quadro seguinte, a proposta está em condições de ser admitida:

EMPRESA CONCORRENTE	Valor da proposta (€ s/IVA)	DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA (Art. 12º do Programa de Concurso)									
		Lista de preços unitários	Dec. Intenção associação jurídica	Anexo I	Preço/ Classe de alvará	Dec. proposta preço e prazo	P.T.	P.M.O.	P.EQ.	P. PAG.	MDJ
DGPW, S.A.	898.771,71 €	SIM	NA	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

**III.- Recomendação ao órgão decisor:****III.1 - Adjudicação**

Uma vez que foi apresentada uma única proposta e que esta está em condições de ser admitida, não há lugar à aplicação do critério de adjudicação, dada a desnecessidade de diferenciar propostas para efeitos da sua graduação.

Nestes termos, propõe-se que esta empreitada seja adjudicada à empresa acima referida, pela quantia de **€898.771,71**, a que acresce o IVA à taxa em vigor e com o prazo de execução da empreitada de 250 dias.

Mais se propõe que se dispense a realização de audiência prévia, nos termos previstos na alínea f), do n.º 1 do artigo 124.º do *Código do Procedimento Administrativo*, uma vez que os elementos constantes do procedimento conduzem a uma decisão favorável à pretensão deduzida pelo interessado com a apresentação da respetiva proposta.

**III.2 – Caução**

a) O adjudicatário garantirá por caução, a prestar nos termos do disposto nos artigos 88.º e seguintes do *Código dos Contratos Públicos*, em valor correspondente a 5% do preço contratual, o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

A1

- b) Para reforço da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o empreiteiro tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos é deduzido o montante correspondente a 5% desse pagamento.
- c) O desconto para garantia pode, a todo o tempo, ser substituído por depósito de títulos, garantia bancária ou seguro-caução, nos mesmos termos previstos no programa do procedimento para a caução referida no número anterior.

### **III.3 – Documentos de habilitação**

Nos termos do artigo 24º do Programa de Concurso, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação solicitados, é de 10 dias úteis, a contar da notificação da decisão de adjudicação.

### **III.4 – Contrato escrito**

- **Minuta do contrato**

Propõe-se, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato em anexo, a celebrar com o adjudicatário.

### **III.5 - Compromisso**

A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato, a realizar no atual ano económico, é a seguinte: 07/07010302 do Orçamento do Município, de acordo com as informações de cabimento n.º 24695, de 08/01/2018 e de compromisso n.º 31250 de 10/05/2018.

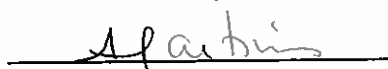
### **III.6 – Notificação da Adjudicação**

Face ao que antecede, submete-se à consideração superior a presente proposta. Se a mesma merecer aprovação, proceder-se-á, nos termos artigo 77.º do CCP, à notificação do adjudicatário:

- Da adjudicação;
- Da minuta do contrato;
- Para apresentação dos documentos de habilitação exigidos no prazo fixado.

11 de maio de 2018

DMOSM,

  
(Ana Martins, Eng.ª Civil)

**MINUTA / CONTRATO N.º CPE.2.18.DMOSM**

ENTRE

**Primeiro: MUNICÍPIO DE BRAGA**, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificado por «**Dono da Obra**»; \_\_\_\_\_

E

**Segunda: DGPW, SA.**, com sede no Centro Empresarial de Gême, Pavilhão A8, Freguesia de Gême, 4730-180 Vila Verde, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Verde, sob o n.º 509161 243/NIPC, com o capital social de 1.544.419,00€, aqui representada por....., na qualidade de....., com poderes para obrigar, conforme....., doravante identificado por «**Empreiteiro**». \_\_\_\_\_

**Considerando que:** \_\_\_\_\_

- a) Por decisão da Câmara Municipal, deliberada na reunião de 29 de março de 2018, o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por **Concurso Público: CPE.2.18.DMOSM**, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19.º do *Código dos Contratos Públicos*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor; \_\_\_\_\_
- b) A rubrica orçamental, por onde será satisfeita a despesa resultante deste contrato, é a seguinte: 07/07010302, conforme cabimento n.º 24695, de 08 de janeiro de 2018 e de compromisso n.º 31250 de 10/05/2018; \_\_\_\_\_
- c) No seguimento do *Relatório de Análise e Avaliação das Propostas*, por decisão da Câmara, deliberada na reunião de....., o dono da obra adjudicou ao empreiteiro a obra objeto do referenciado procedimento, tendo, na mesma data, aprovado a minuta do contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do *Código dos Contratos Públicos*; \_\_\_\_\_
- d) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público de conclusão atempada da obra, objeto do contrato; \_\_\_\_\_
- e) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do *Código dos Contratos Públicos*; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_É celebrado o presente contrato de empreitada, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam. \_\_\_\_\_

**Artigo 1.º**  
**(Objeto do contrato)**

\_\_\_\_\_1. O presente contrato tem por objeto a execução, pelo empreiteiro, dos trabalhos referentes à empreitada de **"COMPLEXO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DA RODOVIA – REQUALIFICAÇÃO DOS BALNEÁRIOS E CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE APOIO"**, nos termos e condições jurídicas e técnicas constantes dos documentos que instruem o processo do procedimento identificado no considerando a) do presente contrato, e que integram o seu âmbito de aplicação, devidamente concretizados no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Os trabalhos de empreitada desenrolar-se-ão de harmonia com o projeto patenteado no concurso, nos termos e condições constantes da proposta do empreiteiro, designadamente do plano de trabalhos, e obedecerão ao prescrito no caderno de encargos e nas diferentes peças que integram o processo de concurso. \_\_\_\_\_

**Artigo 2.º**  
**(Local da obra)**

\_\_\_\_\_Os trabalhos de empreitada serão executado na Freguesia de S. Vitor, concelho de Braga, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando b). \_\_\_\_\_

**Artigo 3.º**  
**(Preço contratual)**

\_\_\_\_\_O preço contratual a pagar ao empreiteiro, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é o de **€ 898.771,71 (oitocentos e noventa e oito mil, setecentos e setenta e um euros e setenta e um cêntimos)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor. \_\_\_\_\_

**Artigo 4.º**  
**(Condições de pagamento)**

\_\_\_\_\_1. A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos nas cláusulas gerais do caderno de encargos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. No âmbito da execução do presente contrato, o empreiteiro fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, a emitir faturas eletrónicas. \_\_\_\_\_



**Artigo 5.º**  
**(Revisão de preços)**

\_\_\_\_1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de fórmula.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. A revisão de preços obedece à fórmula expressamente indicada nas cláusulas gerais do caderno de encargos.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_4. Caso a revisão de preços venha a ser de sinal negativo, o empreiteiro fica obrigado a proceder ao pagamento do valor em dívida ao dono da obra, no prazo de **oito dias** a contar do prazo da respetiva notificação, sob pena de execução da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais.\_\_\_\_\_

**Artigo 6.º**  
**(Prazos de execução da empreitada)**

\_\_\_\_O prazo global para a conclusão integral dos trabalhos de empreitada é de **250 (duzentos e cinquenta) dias** de calendário, contados da data da consignação da obra, devendo os trabalhos estar perfeita e integralmente concluídos, cumprido que esteja aquele prazo, nos termos previstos na cláusula 11.º do caderno de encargos.\_\_\_\_\_

**Artigo 7.º**  
**(Cessão da posição contratual)**

\_\_\_\_1. A cessão da posição contratual por parte do empreiteiro, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. A apresentação, por parte do empreiteiro, do pedido de autorização previsto no número anterior não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o empreiteiro integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. O dono da obra autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade.\_\_\_\_\_

**DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS**

\_\_\_\_4. Caso o dono da obra não autorize a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_5. A cessão de posição contratual pelo dono da obra produz-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do Código dos Contratos Públicos.\_\_\_\_\_

**Artigo 8.º****(Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante)**

\_\_\_\_1. O dono da obra pode, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do Código dos Contratos Públicos, impor ao empreiteiro a cessão, por este, da sua posição no contrato, em caso de incumprimento, por este, das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este.\_\_\_\_\_

**Artigo 9.º****(Subcontratação)**

\_\_\_\_1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do Código dos Contratos Públicos, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido Código.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do Código dos Contratos Públicos.\_\_\_\_\_

**Artigo 10.º****(Caução)**

\_\_\_\_1. Para garantia da celebração do presente contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, a adjudicatária prestou uma caução, no montante de ..... (.....) correspondente a 5% do preço contratual, mediante ....., arquivada no respetivo processo.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Para reforço da caução prestada, proceder-se-á à retenção de 5% em todos os pagamentos, nos termos do disposto no artigo 353.º do Código dos Contratos Públicos.\_\_\_\_\_

**Artigo 11.º****(Liberação da caução)**

**DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS**

\_\_\_\_\_A caução será liberada nos termos previstos no artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.\_\_\_\_\_

**Artigo 12.º**  
**(Gestor do contrato)**

\_\_\_\_\_1. O dono da obra designa o **Engº Luís Almeida** como gestor do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto no número seguinte.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato.\_\_\_\_\_

**Artigo 13.º**  
**(Comunicações e notificações)**

\_\_\_\_\_1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do Código dos Contratos Públicos, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_a) Primeiro outorgante e aqui dono da obra: **contratacao.empresadas@cm-braga.pt**.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_b) Segunda outorgante e aqui empreiteiro: **geral@grupodg.pt**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.\_\_\_\_\_

**Artigo 14.º**  
**(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)**

\_\_\_\_\_1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e

**DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS**

quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não

**DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS**

autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.\_\_\_\_\_

**Artigo 15.º**  
**(Invalidade parcial)**

\_\_\_\_\_Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor.\_\_\_\_\_

**Artigo 16.º**  
**(Foro competente)**

\_\_\_\_\_Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.\_\_\_\_\_

**Artigo 17.º**  
**(Legislação aplicável)**

\_\_\_\_\_ Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros. \_\_\_\_\_

**Artigo 18.º****(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)**

\_\_\_\_\_ 1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos. \_\_\_\_\_

**Artigo 19.º****(Vigência)**

\_\_\_\_\_ O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar o presente contrato, feito em duplicado, ficando um exemplar em poder de cada um dos outorgantes. \_\_\_\_\_

Braga, .... de maio de 2018.

**Pelo Dono da Obra,**

\_\_\_\_\_  
(.....)

**Pelo Empreiteiro,**

\_\_\_\_\_  
(.....)

Câmara Municipal de Braga  
**Ficha do Compromisso**

N.Seq.: 31250

**CONTR.: CPE.2.18.DMO/2018**

Serviço Requisitante: 70 Dir. M. Obras Serviços Municipais

Cabimento prévio: DESP.: Complex.Rod/2018

Contrato:

Entidade: 10483 António Peixoto Dias & Cª.Ldª.

NIF: 501750886

Orgânica: 07 Obras e Serviços Municipais

Económica: 07010302 Instalações desportivas e recreativas

**GOP: 02 FUNÇÕES SOCIAIS**

252 DESPORTO, RECREIO E LAZER

2016/13 REQUALIFICAÇÃO, CONSERVAÇÃO E BENEF. DOS EDIFÍCIOS DESPORTIVOS

Acc.: 16 CONSERVAÇÃO, BENEFICIAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS

Sub-acc.:4 Complexo das piscinas municipais da Rodovia

Data	Nº Lang.	Valores		Realização		Saldo	Anos Seguintes	Descrição
		Inicial	Correções	Documento	Valor			
10/05/2018	10084	265 000,00				265 000,00		COMPLEXO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DA RODOVIA - REQUALIFICAÇÃO
10/05/2018	10085					265 000,00	687 698,01	DOS BALNEÁRIOS E CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE APOIO.

2018/05/10

Câmara Municipal de Braga  
Ficha do Cabimento

DESP.: Complex.Rod/2018

Serviço Requirante: 70 Dir. M. Obras Serviços Municipais

Organica: 07 Obras e Serviços Municipais

Económica: 07010302 Instalações desportivas e recreativas

GOP: 02 FUNÇÕES SOCIAIS

252 DESPORTO, RECREIO E LAZER

2016/13 REQUALIFICAÇÃO, CONSERVAÇÃO E BENEF. DOS EDIFÍCIOS DESPORTIV

Acc.: 16 CONSERVAÇÃO, BENEFICIAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS PISCINAS MUNICI

Sub-acc.:4 Complexo das piscinas municipais da Rodovia

Dependente de:

Contrato:

N.Seq.: 24695

Orçamento de GOP

Financiamento disponível: 520 000,00

Cabimentado: 265 000,00

Saldo: 255 000,00

Data	Nº Lanç.	Valores		Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções	N. Seq.	Documento		

08/01/2018 5037 503 192,49

503 192,49 COMPLEXO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DA RODOVIA -  
REQUALIFICAÇÃO DOS BALNEÁRIOS E CONSTRUÇÃO DE  
EDIFÍCIO DE APOIO

10/05/2018 10073

-238 192,49

265 000,00 Correção ao cabimento



2018/05/10



**N.Seq.: 31250**

<b>Data</b>	<b>Período de Liquidação</b>	<b>2018</b>		<b>Anos Seguintes</b>			<b>Justificação  (para Fundo Indisponível ou Exceção aos Fundos)</b>
		F. Disponível	Valor	2019	2020	2021 e seg.	
10/05/2018	maio	10 141 990,08	265 000,00				
10/05/2018	janeiro	0,00	-687 698,01	687 698,01			

1

2018/05/10